

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Débora Pinheiro Ferreira

ENSINAR E APRENDER NAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA:
Sabedorias Populares em busca de uma Educação Antirracista na EJA

Porto Alegre
1º Semestre
2016

Débora Pinheiro Ferreira

ENSINAR E APRENDER NAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA:
Sabedorias Populares em busca de uma Educação Antirracista na EJA

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera.

Porto Alegre
1º Semestre
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo o coração...

...Primeiramente a Deus e a todos os Orixás que me guiam e me protegem.

...Em especial a Oxum que é a dona do meu Orí e que sempre ilumina meu caminho dando forças para seguir e concretizar meus sonhos.

... A minha mãe Evanir Ferreira que sempre foi meu exemplo e minha fortaleza, meu apoio e minha inspiração.

... Ao Igor Simas, meu esposo. Por estar comigo nos momentos mais difíceis desta caminhada, por não me deixar desistir, pelo amor, apoio e companheirismo incondicional.

... Aos meus filhos Gabriel Simas e Pedro Simas. Peço desculpas pelos momentos em que estive ausente, não dando a atenção merecida para vocês, mas podem ter certeza que é por vocês que sigo em frente.

... Ao meu pai Elifas Ferreira (in memoriam) que sempre me ensinou a nunca desistir daquilo em que eu acredito.

... A todas minhas tias que de alguma forma me apoiaram nesta jornada, mas em especial a minha tia Nilza Barcellos, por ser uma das minhas maiores incentivadoras e sem a qual este sonho da graduação nem sequer teria iniciado.

... As mães de Santo que gentilmente abriram as portas dos seus Ilês para me receber e ajudar com esta pesquisa.

...Ao professor Paulo Muniz que foi o professor que fez a diferença na minha vida escolar e quem plantou em mim a vontade de ser professora para tentar fazer a diferença na vida de meus alunos.

... As minhas colegas e amigas Alessandra Longaray e Dilza Cristina Signor, pelo carinho, por me auxiliarem na hora de desesperos, pelos planejamentos em conjunto para o PIBID, por fazerem parte desta caminhada acadêmica.

... A professora Aline Lemos da Cunha Della Libera, minha orientadora. Por ter me apoiado neste trabalho e em tantos outros, por acreditar em mim como futura pedagoga, mas mais do que isto, por me mostrar como é maravilhoso o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos.

Muito Obrigada!

[...]

A Umbanda é paz e amor

É um mundo cheio de Luz

É a força que nos dá vida

É a grandeza que nos conduz

[...]

(Hino da Umbanda)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata de uma pesquisa sobre os saberes populares de religiosas de matriz africana e a contribuição das formas de ensinar e aprender nos Ilês para uma educação antirracista na EJA. A questão central deste estudo foi assim definida: “Como as sabedorias populares, presentes nas formas de aprender e ensinar de líderes de religiões de matriz africana, podem contribuir para a promoção dos princípios da educação antirracista na EJA?” Mesmo após a promulgação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, percebemos nas escolas que a temática ainda é abordada somente em datas comemorativas e que estudantes, praticantes das religiões afro, tendem a esconder a prática religiosa, a fim de não sofrerem maior preconceito. Para a coleta de dados foram feitas entrevistas com três Mães de Santo, potenciais estudantes da EJA, em Ilês na cidade de Porto Alegre, nas quais são líderes. Foram tratadas questões referentes aos preconceitos sofridos por elas e por pessoas de seu convívio, a maneira como foi conduzida sua aprendizagem dentro da religião e como conduzem os ensinamentos para seus filhos de Santo. Também tratamos da abordagem escolar da cultura Afro-Brasileira, promovendo uma educação antirracista. Este estudo possibilitou compreender que as formas de ensinar e aprender nos Ilês, baseadas na valorização da ancestralidade negra, no diálogo, no respeito à autoridade religiosa e no exemplo, podem contribuir, quando reconhecidas, com princípios de uma educação antirracista na EJA e para superação dos estigmas destas religiões.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Educação Antirracista, Sabedorias Populares, Religiões de Matriz Africana.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Sabedorias populares	11
2.2 Práticas religiosas de matriz africana e preconceito religioso.....	14
2.3 Ensinar e aprender como prática humana.....	17
2.4 A Educação Antirracista e a EJA	18
3. METODOLOGIA.....	22
4. ANÁLISE DOS DADOS	26
4.1 Práticas religiosas de matriz africana: as vozes das mulheres.....	26
4.2 Ensinar e aprender	30
4.3 Educação Antirracista	36
5. CONCLUSÃO	40
6. REFERÊNCIAS.....	43
ANEXO.....	45

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um país onde as misturas de raças formam o povo, mas mesmo com toda esta miscigenação ainda há casos de racismo. A discriminação à cultura africana e afro-brasileira é presente, apesar de esta cultura estar em nosso dia a dia e, muitas vezes, sem ao menos nos darmos conta disto. Encontramos expressões desta cultura na culinária, na dança, na música, nas palavras, na religião e, o mais importante, nas formas de resistência às opressões. Através desta resistência, por meio das lutas, fugas e vários outros movimentos, é que os negros mantiveram-se vivos e assim mantiveram a cultura do povo africano, também viva. Esta resistência permanece até hoje, pois através do movimento negro, com suas múltiplas formas, há constante luta contra o racismo e para afirmar que a cultura africana e afro-brasileira deve ser valorizada.

Uma das questões que me inquietam é: como podemos ser um país tão multicultural e ao mesmo tempo negar alguns aspectos desta cultura? Falo aqui de uma cultura em específico - a cultura africana - que chegou aqui junto com o primeiro negro, dentro dos navios negreiros. Irei me ater, ainda, a uma parte específica desta cultura, que é tão vasta: as religiões de Matriz Africana¹. Utilizarei o termo religiões, pois não há apenas uma vertente na cidade de Porto Alegre, lugar onde realizei a pesquisa que originou este trabalho de conclusão.

Cresci dentro de um terreiro de Nação Jeje-Ijexá², pois meus pais e tias eram médiuns desta casa. Como toda criança, gostava de histórias e logicamente sempre ouvia as dos Orixás³, contadas por quem frequentava a casa. Através da oralidade me eram passados alguns ensinamentos e fundamentos desta religião.

Durante minha trajetória escolar vi muitos colegas serem discriminados, chamados de macumbeiros e outras coisas com tons pejorativos, por serem negros e por pertencerem às religiões de matriz africana. Minha surpresa sempre foi que, a mim, nunca eram direcionadas estas ofensas, pois muitas das crianças não

¹ Religiões em que o fundamento, ou parcela dele, vem de cultos de origem africana, praticado lá desde a antiguidade e introduzido no Brasil, com adaptações pelos escravos e seus descendentes. (<https://blogdojuarezsilva.wordpress.com>)

² Para o Rio Grande do Sul desceram os negros da Costa da Guiné ou Nigéria, com suas Nações: Jeje, Ijexá, Oyó e Nagô. Como a escolha de ficar juntos ou não, não pertencia aos negros, estes eram misturados nos navios, havendo assim uma união de Nações, destacando-se suas peculiaridades. Nasceram assim outras nações: Jeje-Ijexá. (<https://sites.google.com/site/iledebaraexango/0/historia-da-nacao-batuqueira---jeje-ijexa>)

³ divindades do panteão Yorubá (<https://blogdojuarezsilva.wordpress.com>)

acreditavam que eu também pertencia a esta religião por não ser negra. Manifestavam, mesmo que indiretamente, que a cor da pele era requisito para pertencer a esta ou aquela religião. Chegou um tempo, então, em que não mencionava mais minha religião e como estive afastada por algum tempo dos terreiros, acabava por me declarar católica, assim, não era necessário dar explicações.

Depois de adulta retornei para a religião. Atualmente em outro Ilê⁴, pertenço à Nação Cabinda⁵ e aprendo com minha Mãe de Santo⁶ os fundamentos da religião, passados oralmente há muitos anos, o que assim permanece. Mesmo sendo uma religião com tantos fundamentos, ainda não é respeitada por todos e muitos praticantes, meus Irmãos de Santo, não podem assumir sua religião, pois temem sofrer represálias em seus empregos, por chefes de outras religiões ou até mesmo por lecionarem em colégios católicos.

Ao ingressar no curso de Pedagogia, estas questões sobre as formas de racismo que presenciava e a discriminação que vivi, reapareceram. O convívio com professores e colegas que participam de movimentos sociais e que traziam às nossas conversas temas como a opressão racial proporcionaram, através destes diálogos, elementos para constituir a minha formação docente.

No decorrer do curso de Pedagogia tive algumas aulas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, mas foi através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) que pude colocar em prática aquilo que aprendia na graduação e fui percebendo o quanto a Educação de Jovens e Adultos é importante, como modalidade, além da riqueza proporcionada pela troca de saberes, com os educandos. Muitas vezes, entrávamos em sala de aula prontas a falar sobre os conteúdos escolares e os educandos, com seus saberes populares, enriqueciam e ampliavam as discussões, apresentando suas ideias e crenças.

A experiência que originou este trabalho também está relacionada ao PIBID e minha atuação como bolsista em uma escola da rede pública de Porto Alegre. Certa vez, abordamos o assunto “racismo” através de uma reportagem sobre o goleiro

⁴ Terreiro, Casa de Religião.

⁵ A Nação Cabinda, originária de Angola, adotou o panteão dos Orixás Iorubas. (<http://pairaydeoia.webnode.com.br/na%C3%A7%C3%A3o%20cabinda/>)

⁶ Mulher sob cuja responsabilidade geral está a direção espiritual e a administração do terreiro, e que responde, em última análise, pelo culto aos orixás; ialorixá. (<http://www.dicionarioinformal.com.br/m%C3%A3e-de-santo/>)

Aranha⁷ e uma torcedora do Grêmio. Esta reportagem circulava amplamente, na mídia, naquele momento. Solicitamos, então, que os alunos se expressassem a respeito daquela reportagem. Falaram, diante da oportunidade, sobre as expressões de racismo no estado do Rio Grande do Sul, inclusive no Hino rio-grandense e, principalmente, no interior do estado, onde acreditavam que o racismo era mais praticado. Um dos estudantes chegou a nos contar que na sua cidade natal, até os dias atuais, o cemitério e a igreja⁸ são separados para brancos e para negros.

Pinto relata um pouco da fala destes estudantes e dos momentos em que presenciamos a negação do racismo.

O que mais me surpreendeu foram as reações de alguns estudantes, dentre eles negros, que opinaram: “Eu não me importo de ser chamado de macaco” - “O racismo não existe mais” - “O racismo está na cabeça dos negros” - “Racismo é só quando, por exemplo, não deixam entrar em algum lugar por ser só de brancos, como acontece ainda no interior”. Essas expressões evidenciaram a necessidade de se tratar, mais a fundo, a temática naquela turma. Contudo, surgiram algumas dificuldades e não foi possível levar adiante a proposta. (PINTO, p. 7, 2015)

A necessidade da continuação deste trabalho ficou evidente, já que em uma sala de aula com vários estudantes negros, a negação do racismo era quase unânime. Percebo que, por acomodação ou receio, torna-se mais comum negar o debate do que levá-lo adiante. Se o discurso dos educandos é de que não há racismo, não há motivo para trazer este assunto à sala de aula - segundo alguns educadores - o que não gera uma discussão, uma reflexão e, tão pouco, faz com que os estudantes queiram combater este racismo, já que ele supostamente não existe.

Este caso fez com que eu refletisse sobre a importância de uma educação antirracista⁹ em turmas da Educação de Jovens e Adultos. Acredito que os saberes populares podem e devem ser partilhados na sala de aula, a fim de auxiliar os professores neste processo.

Depois de analisar o que presenciei em sala de aula com o discurso de negação dos alunos, somado ao fato de saber que ainda existe, no nosso estado, uma cidade em que há separação dos negros e dos brancos até no cemitério, além

⁷ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/gremio/noticia/2014/08/aranha-protesta-contrato-de-racismo-na-arena-doi-4585928.html>

⁸ <http://wp.clicrbs.com.br/pelotas/2011/10/23/separados-por-uma-tradicao/>

⁹ Optamos pelo termo antirracista e não antirracismo, porque, neste trabalho, abordaremos as *práticas de preconceito* envolvendo as religiões de matriz africana.

dos casos de discriminação sofridos por ser praticante de religião de matriz africana, surgiu a pergunta: **“Como as sabedorias populares presentes nas formas de aprender e ensinar de líderes de religiões de matriz africana podem contribuir para a promoção dos princípios da educação antirracista na EJA?”**

Como estes líderes, que aprenderam com seus mestres os fundamentos de sua religião, muitas vezes sem escolarização, ensinam aos seus Filhos de Santo? Como esta forma de aprender e ensinar podem ser trazida para as salas de aula, em especial com as turmas de EJA? Como os docentes podem, conhecendo estas formas de ensinar, atuar em prol de uma educação antirracista? Estas questões movem as curiosidades que possibilitaram a escrita deste trabalho de conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É urgente discutirmos princípios de uma educação antirracista. As escolas, muitas vezes, tendem a ignorar as práticas racistas ou mascarar o racismo, mas na sociedade brasileira sabemos que não é só um tema, mas sim a vivência de muitos homens e mulheres negros que são discriminados pela cor da pele. Formas de preconceito também são sentidas pelas pessoas que praticam as religiões de matriz africana.

Considerando a sabedoria popular de estudantes da educação de jovens e adultos, este trabalho propõe uma análise de como estas sabedorias, em específico de praticantes de religiões de matriz africana pouco escolarizadas, podem contribuir para uma educação antirracista.

Embora seja possível encontrar vasto respaldo teórico sobre as sabedorias populares, através da obra de Paulo Freire e do expressivo número de trabalhos relacionados com as religiões de matriz africana, percebi que a temática “ensinar e aprender” partindo das sabedorias populares destes líderes religiosos, é algo bastante novo.

As teorias estão muito ligadas aos saberes escolarizados, muitas vezes ignorando todas as pedagogias presentes em espaços não escolares.

2.1 Sabedorias populares

Salas de aula com estudantes sentados em fileiras, recebendo o conhecimento que o professor, sábio e generosamente irá transmitir a eles. Infelizmente não estamos falando de uma escola dos anos 50. Ainda vemos muitas escolas com salas de aula e professores que acreditam em uma educação bancária. Freire (1987, p.33) considera que

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual se encontra sempre no outro.

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca.

Enquanto houver a crença de que o professor detém todo o saber que circula na sala de aula, também haverá exclusões na escola, não importando a idade e o nível de ensino em que o estudante se encontra. Os professores precisam ter consciência que, ao entrar em sala, não vão encontrar “papéis em branco”, mas sim sujeitos, homens e mulheres que trazem junto ao material escolar uma bagagem cultural, suas experiências e sua forma de ser e estar no mundo. Na EJA isto é evidente, pois ali estão jovens e adultos que trazem sua criticidade, suas visões de mundo e ampla vivência social.

Neste momento, cabe lembrar Freire (2006) quando afirmou que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (p. 47)



Figura 1. Charge Armandinho (www.facebook.com/tirasarmandinho)

A charge acima nos faz refletir sobre a educação escolar: quais assuntos estão sendo abordado nas salas de aula? Sem dúvida alguma, os conteúdos das matérias tradicionais devem ser trabalhados, mas por que motivo não abordar conteúdos que estão ligados ao dia a dia dos estudantes? Por que não falar de política se os educandos são eleitores? Por que razão não falar sobre respeito, se há estudantes que sofrem preconceito por sua religião, raça e condição?

Tratando de princípios da Educação Popular, Paulo Freire aborda algumas destas questões. Por meio de uma educação libertadora, o educador tem o compromisso ético de despertar no educando o desejo de buscar seus direitos e assim mudar uma realidade opressora.

É construir uma escola que, como nos explica Freire: “[...] estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar, onde se propõe a construção do conhecimento coletivo,

articulando o saber popular e o saber crítico, científico mediado pelas experiências no mundo”. (p.43, 1991)

Dentro deste ideal de escola, os saberes populares são levados em consideração. O professor parte do conhecimento dos estudantes, trazendo informações relevantes e significativas para suas vivências cotidianas.

Por isto mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, p.30, 1996)

A EJA tem seu foco na Educação Popular, reconhecendo os educandos como membros atuantes da sociedade, reconhecendo suas trajetórias e histórias de vida. Desta forma, seus conhecimentos são valorizados e a sala de aula passa a ser um local de troca de saberes.

A não valorização dos saberes dos educandos da EJA, os deixa à margem do conhecimento, já que muitos destes estiveram afastados por muito tempo do ensino escolar ou tiveram experiências educativas em que estes saberes foram negados. Contudo, cabe lembrar que estes homens e mulheres não ficaram sem aprender. Aprendemos diariamente nos diferentes espaços por onde estivermos. A dona de casa pode não saber “montar” os cálculos matemáticos que na escola são solicitados, mas sabe o valor que tem em mãos, as coisas que deve comprar e quanto irá lhe sobrar deste valor para pagar as contas, e isto é matemática.

A sabedoria popular pode ser vista como um conjunto de práticas culturais que vai sendo transformada na comunidade, a qual vai acrescentando elementos renovando e reconstruindo estes saberes. Quando falamos em cultura popular muitos pensam diretamente em folclore, histórias contadas de geração para geração. Aqui compreendemos que a cultura popular são as formas de viver das pessoas em suas comunidades, as quais são constituídas por hábitos, formas de ver o mundo e de estar nele (BRANDÃO, 2008 in STRECK, REDIN e ZITKOSKI, 2008).

Paulo Freire, por meio das discussões sobre alfabetização de adultos, propõe uma educação dialógica que valorize a cultura popular e encontre os temas geradores, a partir dos saberes comunitários. Com isto, os saberes populares passam a ter maior importância dentro desta sala de aula, onde a diversidade

cultural se encontra juntamente com os conteúdos programáticos, contribuindo na escolarização destes jovens e adultos.

Acredito que os saberes populares, dentro das salas de aula da EJA, são fundamentais para a aprendizagem dos conteúdos. Os saberes de um determinado grupo sobre um assunto podem, e devem, ser referência, ponto de partida, para a construção de saberes escolares.

Se a escola é um espaço onde os educandos podem manifestar sua cultura e conviver com seus pares, há o fortalecimento de sua identidade cultural, inclusive para que supere preconceitos. Portanto, abordar assuntos como gênero, raça, sexualidade, entre outros, partindo dos saberes dos estudantes, pode tornar a abordagem destes temas mais proveitosa e com melhor compreensão. O conhecimento adquirido pelos estudantes da EJA, ao longo de sua história de vida, não deve e nem pode ser ignorado dentro das salas de aula. Quando estes saberes estão presentes na escola podem contribuir para o respeito às diferenças ao mostrar a grande diversidade de saberes que uma única sala de aula possui.

Por este motivo acredito que um destes exemplos de saberes populares significativos comunitariamente é os de Pais e Mães de Santo. Lutar contra o preconceito a estes saberes é uma das formas de lutar contra o racismo. Isto inclui o fato de que vários estudantes da EJA, praticantes da religião, podem estar silenciados ou envergonhados diante do preconceito que sabem que existe. Permitir a voz destes sujeitos é contribuir para que as discriminações que há no cotidiano dos estudantes sejam minimizadas.

2.2 Práticas religiosas de matriz africana e preconceito religioso.

Desde a chegada dos primeiros europeus às terras brasileiras, a opressão religiosa se estabeleceu. O catolicismo tornou-se a religião oficial ou oficialmente reconhecida, desde a celebração da primeira missa e a partir da ideia de catequizar os povos que aqui viviam. Tais práticas desconsideraram as divindades cultuadas pelos nativos, chegando-se ao ponto de proibir outras manifestações que não fossem as de matriz católica.

No Brasil contemporâneo, mesmo existindo a livre escolha religiosa, o que vemos são intolerâncias. Mesmo que consideremos o Estado como laico, ainda

existe a defesa de máximas religiosas no âmbito da discussão sobre políticas públicas. Com isto,

Embora a liberdade de consciência e de crença seja um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão conforme a Constituição Brasileira, bem como o livre exercício dos cultos religiosos, os organismos de implementação de políticas públicas educacionais continuam desconsiderando a existência de religiões de matrizes africanas no Brasil. (SANTOS, 2010, p.48)

A intolerância é retratada nos meios de comunicação. As religiões de matriz africana acabam por ser demonizadas, tratadas como se fossem e fizessem o mal, principalmente por algumas igrejas evangélicas que, com julgamentos e acusações, disseminam discursos de ódio e o preconceito a quem pertence às religiões de matriz africana. Contudo, muitas vezes esta realidade parece distante ou fato midiático, mas no interior das escolas públicas ou privadas, por exemplo, esta intolerância é vivida entre os estudantes, existindo a discriminação, conforme relatei de acordo com minha vivência pessoal. Algumas vezes, o desconhecimento da cultura afro-brasileira ou a indisponibilidade para tratar sobre o tema, faz com que se perpetue esta intolerância, que cala os estudantes adeptos de religiões de matriz africana, os quais passam a ter receio das retaliações por parte dos colegas.

Este pensamento vai ao encontro do que destaca Silva, ao afirmar que:

Lógico que não é na escola que surgem as ideias preconceituosas e discriminatórias contra os negros, mas, a partir do momento que ela não questiona e nem discute esses paradigmas acaba por reforçar valores e conceitos estereotipados e marginalizadores, visto que a mesma não se encontra isenta das reproduções racistas e termina por refletir as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade, reforçando os preconceitos nela existentes. (2008, p.143)

As religiões de matriz africana, com isto, são estigmatizadas e discriminadas, fruto da falta de conhecimento ou da disseminação de leituras tendenciosas sobre as mesmas. A aprovação da Lei 10.639/03, conquistada através de muitas lutas do movimento negro, busca que os docentes tratem da cultura africana com respeito e reconhecimento. Para Silva e Moreira (2013, p. 2)

No momento em que se discute a escola que queremos, sendo pautada no respeito e reconhecimento da diversidade, da tolerância para com o próximo e em constituí-la como um espaço democrático - falar sobre as religiões afro

brasileiras em sala de aula pode ser um ponto de partida para que os alunos conheçam parte de sua história, da história dos negros no Brasil, além de mostrar a sua importância para a formação do universo cultural do País.

A Lei 10.639/03, respeitando a laicidade do Estado, também inclui abordagens sobre as religiões de matriz africana, importante legado da cultura afro-brasileira, pois não podemos ignorar a influência que elas tiveram na formação do Brasil.

A escola que queremos não é algo fácil de alcançar. A abordagem de alguns temas, referentes à cultura africana e afro-brasileira, não é algo que os professores considerem adequado para as discussões em sala de aula. Abordagens sobre religiões de matriz africana são, para muitos, algo impossível, por também carregarem tais preconceitos.¹⁰

Por se tratar de um espaço democrático, a escola não pode se eximir do debate sobre estas questões, reconhecendo as diferentes religiões a que pertencem os estudantes. Não é democrático, nem emancipador, escolhermos unicamente uma religião para tratar, se ao saírem da escola, os educandos terão várias religiões a que podem pertencer ou que já pertencem. É preciso problematizar com professores e estudantes que em toda nossa história não existiu uma única religião. Por isso, precisamos conversar, discutir e entender as diferenças que elas possuem, buscando minimizar estigmas, por meio das falas dos próprios sujeitos. Freire salienta que

é próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo. (FREIRE, 1996, p.17)

Conforme Paulo Freire, ensinar exige ousadia e que se rejeite toda e qualquer forma de discriminação. Ao estar na sala de aula, como educadores, temos o dever de proporcionar que os educandos busquem a compreensão daquilo que está sendo falado, vivido, comunicado e para isto não podemos simplesmente fechar os olhos

¹⁰ Mesmo que não se trate de questões ditas “polêmicas”, como são consideradas as que envolvem a discussão religiosa, quando ocorreu o caso que deu origem a este TCC, durante a minha participação como bolsista do PIBID, citado anteriormente, fomos conversar com a supervisora da escola e esta disse que o melhor era não abordar temáticas relativas ao racismo ou à negritude, pois poderia gerar conflitos.

às tantas práticas culturais que fazem parte da vida dos estudantes por preconceito ou falta de conhecimento.

Pode-se considerar preconceito, o argumento de que as religiões de matriz africana e a Mitologia Yorubá¹¹ não serão abordadas em sala de aula, pois supostamente há uma maioria de estudantes católicos, por exemplo, se a Mitologia Grega e o Egito Antigo, com suas manifestações politeístas, não são ignorados.

Desvalorizar os negros, tanto como pessoas, quanto em sua cultura ancestral e práticas religiosas é algo que vivenciamos há muitos séculos. Com o “descobrimento” do continente africano pelos europeus e por acreditarem ser superiores àquele povo que lá vivia, surgiram muitas teorias e justificativas para a opressão, como aponta Kabengele Munanga

A questão colocada tanto pelos teólogos ocidentais dos séculos XVI e XVII, quanto pelos filósofos iluministas do século XVIII, era saber se esses índios e negros eram bestas ou seres humanos como os europeus. Questão cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores. Daí a origem do racismo científico ou racialismo que, infelizmente, interfere até hoje nas relações entre seres e sociedades humanos. (MUNANGA, 2012, p. 6)

2.3 Ensinar e aprender como prática humana

A vida de todo ser humano é um eterno aprendizado. Desde o momento em que nascemos até o último momento de nossas vidas, estamos aprendendo e ensinando. Este ensinar e aprender, que temos ao longo da vida, se dá na troca com outras pessoas, de diferentes grupos sociais, diferentes sexos, idades e diferentes grupos étnico-raciais. Toda esta troca de saberes que ocorre, contribui para sermos quem somos.

Ao tratar do tema, ensinar e aprender, Silva (2007, p.491) destaca que “tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder.” Nossas identidades são constituídas a partir do que aprendemos e ensinamos através de nossas visões de mundo, nossos valores e naquilo que defendemos. Ensinamos e aprendemos em todos os lugares em que convivemos, nos mais inusitados até, mas é na escola que vemos o local de

¹¹ Yorubá é a denominação dada a nação que compreende cinco regiões: Oyó, Egbwa, Ibarupa, Ijebu e Ijexá.

aprendizagem de conteúdos programáticos, sistematizados, um lugar que tem sua própria cultura, a “cultura escolar”.

Quando falamos de ensinar na EJA, não podemos esquecer que a cultura escolar é vivida ali, mas que nossos alunos, que retornam para estas escolas, trazem consigo a cultura não escolar, ou seja, tudo aquilo que eles aprenderam com suas vivências, com o convívio com outras pessoas.

Para Moura (1999, p.112) há

[...] a necessidade do professor de Educação de Adultos [reconhecer] [...] que seus alunos provavelmente possuem conceitos, operam com categorias de conteúdos e, conseqüentemente com organizações conceituais distintos dos apresentados pela escola.

A docência em EJA exige que consideremos que não é pelo fato de que um jovem ou adulto está se escolarizando que fica excluído tudo que ele já vivenciou, tudo que ele aprendeu. Pode não saber organizar cálculos matemáticos, mas sabe fazer suas contas, como já dissemos. Pode não saber ler e escrever, mas aprendeu e ensinou muitas coisas através do que as pessoas lhe falavam, da sua leitura de mundo e da oralidade.

O estudante da EJA já possui alguns conhecimentos sobre o mundo letrado e traz consigo a sua compreensão de mundo. Segundo Freire (1990) é necessário valorizar a sabedoria que resulta das experiências culturais, possibilitando assim, que o educando avance para além das crenças em torno de si.

Ensinar os conteúdos escolares através destes saberes é valorizar a leitura de mundo que o estudante da EJA possui e proporcionar que se considere um sabedor. Com isto, o ensinar e o aprender são possíveis a todos, com ou sem formação escolar, dentro ou fora desta instituição. Estes ensinamentos estão nas falas, nas ações das pessoas, nos clubes, nas igrejas, nas festas e nos terreiros.

2.4 A Educação Antirracista e a EJA

Sabemos que existem leis que buscam garantir que a História e Cultura Africana e Afro-brasileira estarão presentes na sala de aula - Lei nº 10.639/03; que “Define os crimes resultantes por raça ou cor” - Lei nº 7.716/89; e a Lei nº 12.288/10 que trata do Estatuto da Igualdade Racial. A importância destas leis é inegável e sua

promulgação uma conquista, mas resta a pergunta: o fato de existirem garante seu cumprimento? O que é preciso fazer para garantir que sejam efetivadas na escola?

O que ainda vemos é uma semana, em novembro, dedicada a falar sobre a cultura negra. Ou então, a história do povo africano é relacionada exclusivamente à escravidão, sem mencionar aspectos relevantes da cultura negra na atualidade e para a história do Brasil.

Assim, pode-se compreender que o preconceito está dentro da escola. Ao escolhermos o que falar e como falar de um determinado povo, faz com que um se sobressaia em relação ao outro. Gomes (2003) trata desta questão ao dizer que: “Vivemos sob a dominação de uma lógica simbólica e que as pessoas se comportam segundo as exigências dela, sem que disso tenham consciência” (p.73). Excluir aspectos da cultura africana e afro-brasileira ou abordá-las a partir de folclore e unicamente em datas específicas, contribui para a perpetuação do racismo. Cabe a cada educador analisar de maneira crítica os conteúdos programáticos que são levados para sala de aula e atuar em prol de uma educação antirracista, o que beneficiará a todos.

Concordo com Gomes (2003, p.77) quando expressa que

No caso específico da educação escolar, ao tentarmos compreender, debater e problematizar a cultura negra, não podemos desconsiderar a existência do racismo e da desigualdade entre negros e brancos em nossa sociedade.

A desigualdade racial está presente em todos os âmbitos da sociedade. Ainda temos que superar este tabu de que falar sobre racismo é impróprio. Imprópria e desumana é a existência do racismo. Falar sobre ele é essencial, pois através do debate podemos evitar que ele aconteça.

É necessário problematizar na escola o mito da “democracia racial”, pois este esconde as práticas de racismo. O Brasil não se constituiu de uma mistura de povos cordial, não são dados os mesmos valores para todas as culturas dos povos formadores do nosso país. A cultura branca ainda é a cultura dominante. Pinto relembra que “o mito da democracia racial, na história brasileira, serviu para alienar a população da existência do racismo.” (2015, p. 23)

É fato que a população negra, ainda nos dias atuais, possui os menores salários, constituem o maior número de vítimas de homicídios e, mesmo com

programas sociais, ainda estão em menor número nas universidades, o que deixa visível que esta desigualdade social contribui para a existência do racismo.

Estas questões fazem com que a discriminação continue presente na vida dos nossos estudantes negros e aos educadores cabe considerar a cultura deste povo, não deixando de lado os saberes que eles já trazem, trabalhando as “africanidades brasileiras”.

Petronilha Silva (2003, p.26) considera que há necessidade de dialogarmos sobre as

Africanidades brasileiras, pois, ultrapassam o dado ou o evento material, como um prato de sarapatel, uma apresentação de rap. Elas se constituem nos processos que geraram tais dados e eventos, hoje incorporados pela sociedade brasileira. Elas se constituem também dos valores que motivaram tais processos e deles resultaram. Então, estudar Africanidades Brasileiras significa estudar um jeito de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e lutar por sua dignidade, próprio dos descendentes de africanos que, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando-nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências, e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as daqueles.

Para o professor elaborar um planejamento com estes temas requer muita pesquisa, pois, na maioria das vezes, não os encontramos nos livros didáticos. Nestes, ainda persiste a cultura europeia como superior à cultura africana, embora tenhamos acompanhado importantes mudanças. Concordamos com Araújo quando esta salienta que

Apropriar-se desta história é importante para alunos negros e brancos, pois a história do nosso país é incompleta sem a história do continente africano. As sociedades existentes antes do contato com os europeus foram aqui recriadas a partir dos quilombos e nos espaços de resistência como as terreiras. (2012, p.1743)

A história de resistência do povo negro deve ser estudada em sala de aula, resistência esta que vemos até hoje através do movimento negro. Se, por um lado, temos muito conteúdo a trabalhar em sala de aula sobre a história e cultura africana, de outro temos que lidar com professores que se consideram despreparados ou não convidados a abordar tal tema. Como um professor irá falar de educação antirracista se ele acredita que o racismo não existe? Ou simplesmente preferem não falar sobre algo que os incomoda, ou não saberão lidar? Estes são desafios à prática docente.

O fato é que o racismo existe e está presente no nosso dia-a-dia. Deixar de falar sobre este tema não faz com que ele se extermine e sim com que, aqueles que

são discriminados por práticas racistas se caem cada vez mais, culpando-se ou negando sua própria cultura. Sendo assim, é fundamental que se pense em princípios de uma educação antirracista.

3. METODOLOGIA

Através da temática “Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos” pretendo, com este trabalho, refletir como a sabedoria popular, que vem dos Pais e Mães de Santo, manifesta nas formas de aprender e ensinar com seus Filhos de Santo, pode dialogar com os docentes da Educação de Jovens e Adultos na prática pedagógica em sala de aula para promoção de uma educação antirracista.

A temática deste trabalho surgiu a partir de vários fatores, vivências próprias e de pessoas que convivem comigo, envolvendo as religiões de matriz africana, mas o que determinou o interesse pelo estudo da educação antirracista ocorreu com a experiência vivida em sala de aula com uma turma de EJA enquanto participava do PIBID, como já mencionei anteriormente.

Ficou visível para mim que, mesmo em uma turma com vários estudantes negros, tratar sobre o racismo, a raça e a africanidade era algo que causava muito incômodo, tanto para eles, como para a escola. Esta, por sua vez, optou por não abordar o assunto, como se fosse algo que, ao não ser abordado, deixaria de existir.

A Lei 10639/03 determina que "nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira." As escolas, muitas vezes, não compreendendo como trabalhar a história e a cultura Afro-brasileira, reduzem as atividades ao 20 de novembro, falando rapidamente sobre Zumbi dos Palmares ou, ainda, durante o ano letivo, trazendo a escravidão como centro da história negra no Brasil. Consideramos que este assunto deve ser abordado, mas não somente esta temática. A escravidão faz parte da história do povo Afro-brasileiro, mas não podemos esquecer e ou negligenciar a cultura, a história de lutas, conquistas e resistência. É emancipador aos estudantes conhecerem esta história, não somente porque assim diz a lei, mas principalmente pelo fato de que esta é a história do povo brasileiro, ou seja, é a sua história.

Este episódio, juntamente com os casos de discriminação que já presenciei e os que soube acontecer com conhecidos e anônimos, as leituras e debates com professores e colegas do PIBID sobre a educação antirracista e a minha vivência dentro da religião de matriz africana, conduziram a escrita deste trabalho de

conclusão. Articulando a EJA, a educação antirracista e as religiões de matriz africana, surgiu então esta pesquisa.

A cultura africana e afro-brasileira é muito vasta, podendo ser abordada sob vários aspectos. Escolhi abordar um destes: as religiões de matriz africana - como recorte de uma das manifestações da cultura africana e afro-brasileira que tem relevância cultural e política. Através da religião de matriz africana podemos conhecer a importância despendida à ancestralidade e a resistência do povo negro, pois para realizarem seus cultos, havia necessidade de esconder-se e agir na clandestinidade.

Outro aspecto a considerar, para as motivações da escrita deste trabalho de conclusão, são os pressupostos da Educação Popular e a modalidade EJA, para a valorização dos saberes populares, partindo das experiências e dos conhecimentos dos educandos.

Todos estes fatores me levaram à pergunta central deste trabalho: **“Como as sabedorias populares presentes nas formas de aprender e ensinar de líderes de religiões de matriz africana podem contribuir para a promoção dos princípios da educação antirracista na EJA?”**

Como as formas de ensinar destes Pais e Mães de Santo, em um espaço não escolar, com base na oralidade, pode contribuir com a prática pedagógica dos professores para que estes atuem em prol de uma educação antirracista com as turmas de EJA?

Desta forma o objetivo geral deste trabalho de conclusão consiste em: **Analisar como as sabedorias populares presentes nas formas de aprender e ensinar de líderes de religiões de matriz africana podem contribuir para a promoção dos princípios de uma educação antirracista na EJA.**

E os objetivos específicos são:

- Descrever e refletir, partindo das falas de Mães de Santo, sobre sabedorias populares da vivência religiosa que podem contribuir para uma Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos;

- Contribuir para a promoção de uma Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos.

Partindo destes objetivos, dialoguei com líderes religiosas de matriz africana, a fim de ter uma maior compreensão sobre suas formas de ensinar e aprender dentro de seus Ilês. O estudo realizado para a realização deste trabalho tratou-se de uma pesquisa qualitativa. Godoy descreve a pesquisa qualitativa como àquela em que

O pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (1995, p.58)

O pesquisador vai a campo e analisa o espaço no qual se inseriu, observa o local e escuta as pessoas para obtenção dos dados. Procura compreender o fenômeno estudado, a partir das perspectivas dos sujeitos ouvidos, os quais possuem diferentes maneiras de ver o mundo, no que se refere a esta pesquisa, os olhares sobre a questão do ensinar e do aprender, bem como de uma educação antirracista na EJA. Godoy (1995, p.60) ainda destaca que

Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

A pesquisa foi realizada por meio de uma entrevista, onde as perguntas feitas pela pesquisadora poderiam gerar respostas que dariam abertura para a criação de outras perguntas que surgiriam na hora do diálogo, resguardando sua relevância ao tema em estudo.

A pesquisa que originou este TCC foi realizada na cidade de Porto Alegre em três Ilês diferentes, em dias agendados com as entrevistadas. Tiveram a duração de uma hora, cada. As entrevistas foram realizadas com Mães de Santo de diferentes nações e com diferentes tempos de aprontamento.¹² Utilizei como critério para a escolha, que as entrevistadas fossem potenciais estudantes da EJA, negras e que possuíssem Filhos de Santo em seus Ilês. Para identificá-las, adotei os nomes dos Orixás regentes de cada uma destas mulheres. Sendo assim, foram identificadas como Yemanjá, Oxalá e Bará.

¹² Mães de Santo de Nação Cabinda e Ijêjá. Aprontamento é quando todas as etapas da religião foram cumpridas pelo Filho de Santo e assim ele poderá ter sua própria casa.

Ao escolher este tema acreditei que, por pertencer à religião, teria certa facilidade em realizar as entrevistas. Ao invés disto, descobri que as Mães de Santo ainda tem muito receio em falar sobre sua religiosidade e principalmente associá-la a uma discussão sobre o racismo.

Falei com várias pessoas e muitas se negaram a me conceder a entrevista. Algumas diziam que não compreendiam o porquê de eu querer falar sobre o racismo e Educação Antirracista, se sou uma mulher branca, como se este fenômeno social não me atingisse ou que não precisasse me importar. Expliquei que, por pertencer a uma religião de matriz africana, presenciei muitos casos de preconceito e que, como professora, também presenciei casos de racismo. Além disto, justifiquei que só abordando o tema, conversando e desconstruindo tais preconceitos é que poderíamos mudar estas realidades, mas não obtive retorno, na maioria das vezes. Quando encontrei pessoas que concordaram em conversar comigo, senti o ânimo revigorado, pois entendi que nem todos pretendiam ficar calados diante do preconceito ou que, para alguns, a luta pela eliminação das formas de discriminação era de todos.

Compreendi, através das falas destas mulheres entrevistadas, a visão sobre as religiões de matriz africana e em relação ao racismo, associando os dois temas. Não poderia deixar de me sentir incomodada com o fato de algumas pessoas com as quais tentei dialogar, pensarem que, por ser branca, não precisaria lutar pelo fim do racismo, mesmo tentando demonstrar para eles que para além da cor, sou um ser humano que acredita que todos devem ser respeitados, ter os mesmos direitos e não sermos discriminados por raça, orientação sexual, religião ou qualquer outra atribuição que tenha sido adotada para nos dividir. Mesmo sem sofrer racismo, reconheço, como educadora, que devo ser contrária às formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania. Por outro lado, quando senti o apoio e o incentivo de outras pessoas, principalmente destas Mães de Santo que me receberam, percebo que lutar por uma Educação Antirracista é o que todas as pessoas, principalmente educadores e educadoras, precisam compreender como tarefa indispensável da prática docente.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentadas as análises dos dados coletados por meio das observações e entrevistas realizadas com três líderes religiosas de matriz africana da cidade de Porto Alegre.

Durante as entrevistas foram abordados os seguintes temas: práticas religiosas de matriz africana, ensinar e aprender e Educação Antirracista. Além das falas das entrevistadas, serão incluídas nas análises as breves observações feitas por mim, durante o diálogo com as religiosas, as quais julguei ter relevância para a discussão da educação antirracista na EJA.

4.1 Práticas religiosas de matriz africana: as vozes das mulheres

Ao dar início às entrevistas busquei dialogar com Pais e Mães de Santo que se disponibilizassem a falar sobre suas vivências, tanto na religião, quanto em relação aos preconceitos vividos por elas ou por pessoas com as quais tivessem contato.

A escolha metodológica priorizou o encontro de pessoas que são potenciais estudantes da EJA. Estas possuem uma vivência religiosa de muitos anos e inúmeros saberes que adquiriram com o tempo e com o que viveram. No caso das mulheres entrevistadas, os saberes aos quais quis me aprofundar foram os específicos da religião, voltados para uma prática cotidiana. Estas mulheres, dentro das casas de religião, não se encontram em uma posição qualquer, ao contrário, ocupam o lugar de Mães de Santo - hierarquicamente a maior posição nas casas.

Neste momento, cabe refletir sobre estas mulheres entrevistadas que, mesmo sendo potenciais estudantes da EJA (pouco escolarizadas em uma sociedade letrada), o que se torna motivo de preconceito para com elas, tem saberes significativos e os ensinam cotidianamente. Muitas vezes, estas mulheres são excluídas de certos espaços sociais por serem oriundas de grupos populares e mesmo assim, nas casas onde são líderes, não deixam de transmitir seu conhecimento e possuem uma posição de destaque nesta comunidade.

Álvaro Vieira Pinto considera que

Nesse sentido, sua situação de analfabeto ou de semianalfabeto não representa um obstáculo à consciência de seu papel (seu dever) social. A falta de educação formal não é sentida pelo trabalhador adulto como uma deficiência aniquiladora, quando há outra educação – a que é recebida pela sua participação na realidade social, mediante o trabalho – proporciona os fundamentos para a participação política, a atuação do indivíduo em seu meio. E a prova é que estes são indivíduos que exercem importante papel como representantes da consciência comum em sua sociedade, chegando até a serem líderes de movimentos sociais. (2010, p. 63)

Embora as entrevistadas não estejam no grupo de analfabetos, são pessoas que possuem pouca escolarização. Neste ponto, o que salienta Álvaro Vieira Pinto para com os analfabetos, converge com o caso destas mulheres, já que estas também são ativas em suas comunidades, mesmo tendo pouca ou nenhuma escolarização.

A história das religiões de matriz africana é cercada de discriminações. Por ser uma religião trazida por homens e mulheres que foram escravizados, não era considerada no mesmo patamar de outras. As pessoas que hoje seguem esta religião não esquecem esta história de luta e resistência para que os negros pudessem cultivar seus Orixás. Isto está presente na fala de uma das entrevistadas a qual chamarei de Bará.

“Por que eles faziam tudo isto? Por que eles fazem à noite? Porque eles não tinham como fazer de dia, porque tavam trabalhando pros sinhozinhos. E pra não escutarem os tambores na senzala era tudo a noite, então a gente traz isto aí, da noite.” (Bará, maio de 2016)

Alguns dos discursos de ódio e preconceito, para com as religiões de matriz africana, afirmam que estas “cultuam o mal”. Associado a estas falas, aparece como justificativa o fato de serem realizadas festas e cerimônias à noite, associando-as a práticas sombrias, macabras e ocultas¹³. Não levam em conta a história que move esta prática. Existe um fundamento, um respeito às vivências dos antepassados que cultuavam neste momento do dia. Na África, o culto aos Orixás e outras divindades era livre, sem a determinação de horários ou locais, mas no Brasil houve adaptações, a fim de que esta cultura não se perdesse, pois no processo de

¹³ Há muitos sites, associados às igrejas evangélicas, principalmente as neo-pentecostais que se referem às religiões de matriz africana desta forma.

escravidão houve a fusão de vários grupos, com formas de cultura diferenciadas. Corroborando este pensamento, Silva (2008, p.147) destaca que

[...] na senzala foi se misturando crenças e cultos e surge uma nova forma de ligação do ser humano negro com os seres da natureza, seja com o nome Voduns, Inquices, Orixás, Guias ou Entidades. Portanto, eles perceberam que havia muitas diferenças entre os mesmos, porém, havia algo bem maior que os uniam: o culto aos antepassados divinizados.¹⁴

A vivência da discriminação às práticas religiosas de matriz africana é constante na fala das entrevistadas, as quais trazem uma leitura histórica destas.

“Esta discriminação é uma coisa que vem lá do início lá dos nossos ancestrais, por que se a gente for olhar a história, as pessoas para ter uma casa de religião tinham que ir para uma delegacia pedir autorização. A pessoa era um religioso ali junto com outros delinquentes para ter autorização para ter a casa de religião e o que aconteceu é que a própria religião, quem cultuava a religião, acabou sendo jogado cada vez mais para a periferia para poder fazer seus rituais.”
(Yemanjá, maio de 2016)

A discriminação de homens e mulheres, negros e negras, obrigados a viver nas periferias das cidades, também ocorreu por sua religiosidade. Os cultos deveriam ficar escondidos. Se mesmo com todas as contrariedades existentes, uma pessoa ainda assim quisesse ter uma casa de religião, deveria se submeter a, mesmo sendo uma pessoa íntegra, passar pela polícia para ter esta autorização.

Nos dias atuais, as casas de religião podem se filiar a AFROBRAS, que é “uma organização não governamental que reúne intelectuais, autoridades e personalidades, negras ou não, para trabalhar pela inserção socioeconômica, cultural e educacional dos negros brasileiros.” (Site do Ministério da Educação¹⁵)

Em relação às religiões de matriz africana, a AFROBRAS é “um agente fiscalizador do conjunto das leis e códigos de nosso país, principalmente os

¹⁴ As misturas destas culturas religiosas foram a vertente para outras religiões que temos hoje, como a Umbanda.

¹⁵ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36183>

presentes na Constituição Federal, fazendo valer as garantias de direito à religião e culto do qual todos somos portadores.” (Site da AFROBRAS¹⁶)

Este é um órgão que apoia e defende os direitos dos praticantes de religiões de matriz africana, bem como trabalha para que a cultura negra seja respeitada e valorizada. Prandi considera que

até recentemente essas religiões eram proibidas e por isso duramente perseguidas por órgãos oficiais. Continuam a sofrer agressões, hoje menos da polícia e mais de seus rivais pentecostais, e seguem sob forte preconceito, o mesmo preconceito que se volta contra os negros independentemente de religião. (2003, p.16)

Quando questionadas sobre esta perseguição que as religiões de matriz africana sofrem até os dias atuais, o posicionamento das entrevistadas é praticamente o mesmo: associam a não compreensão e o fato de ser uma religião que descende de grupos escravizados. Também, para as entrevistadas, mesmo com a entrada de pessoas brancas para a religião, o motivo da discriminação permanece.

“Mas existe o preconceito com a nossa religião sim. Agora não, mas o branco, nesta religião africana não podia, agora não, tu vê esta mistura do branco com o negro, mas antes era só uma religião de negros. Era só os escravos mesmo né?”
(Bará, maio de 2016)

Na fala de Yemanjá podemos perceber que ela aborda vários marcadores sociais que, em separado, já se constituem como causas para a discriminação. Contudo, somados à discriminação religiosa, potencializam-se.

“E como é uma religião de origem de povos escravos, de origem como a umbanda que é a junção do índio com o negro escravo quando chegaram aqui. A nação africana é a religião do negro, que ele trouxe da África para cá e são várias nações, então já é de lá que tem a discriminação, tanto que até hoje as pessoas tem um pé atrás e considera a religião como religião de gente que não tem instrução.”
(Yemanjá, maio 2016)

¹⁶ [http:// afrobras.org](http://afrobras.org)

Considerar a religião como de pessoas sem instrução, também está associado ao fato de se supor que boa parte dos praticantes é negra, por ser de origem africana. Quem frequenta os Ilês e pertence à religião sabe que há praticantes com formação superior. Contudo, não se pode ignorar o que foi citado por Yemanjá. Ao povo negro, durante muito tempo, foi negado o direito à educação escolar. Direito este que, de certa forma ainda é negado, pois o índice de pessoas negras que interrompem os estudos ainda é muito grande¹⁷, há aqueles que retornam e os encontramos na EJA.

Nas palavras de Pinto (2015, p.52)

[...] a população negra tem ocupado as [instituições] de ensino, nas últimas décadas, com expressivo número de estudantes que frequentam a Educação de Jovens e Adultos devido ao seu passado marcado por um histórico de negação do direito à educação escolar.

Desta forma, ao ser mencionado que a religião de matriz africana é uma religião de pessoas sem instrução, cabe ressaltar que

em se tratando dos povos africanos que para o Brasil vieram na condição de escravos e seus descendentes, na concepção eurocêntrica eram vistos como povos atrasados, com uma cultura inferior a dos portugueses; portanto, a própria situação escrava era uma dádiva para que os africanos aprendessem a conviver com uma cultura de elevado nível, com o progresso e com a ciência. (SILVA, 2008, p. 144)

A manutenção deste pensamento, nos dias atuais, é mais uma mostra do preconceito o qual negros e negras estão submetidos. Isto me impulsiona, cada vez mais, a lutar por uma educação antirracista.

4.2 Ensinar e aprender

Os Ilês, na maioria das vezes, revelam uma grande diversidade de pessoas, sendo um local onde as diferenças não são vistas como prejudiciais. É nos Ilês que os filhos de Santo se encontram, pelo menos uma vez por semana, para fazer

¹⁷ Consta na META 8 do Plano Nacional de Educação, a elevação de escolaridade média da população, pois “além de traçar um objetivo claro em relação ao número de anos de escolaridade da população, explicita a urgência do País em reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre a cidade e o campo” (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/8-escolaridade-media>).

obrigação¹⁸ e encontrar sua família religiosa. Dentro dos Ilês, todos os iniciados são considerados irmãos, não importando se fora dali são casados, mães e filhos ou qualquer outro grau de parentesco. Nestes encontros semanais, ocorrem muitas conversas, perguntas e ensinamentos. Em momentos como estes, Pais e Mães de Santo contam um pouco da história da bacia¹⁹ a qual pertencem, do seu início na religião e partilham os fundamentos que foram passados para eles.

Este é um momento para troca de saberes entre os irmãos também, mas não é só nestes momentos ou em conversas que os fundamentos são passados. Por ser uma religião que não possui registro em livros sagrados, como o cristianismo e a Bíblia, já que homens e mulheres escravizados que para cá vieram nada trouxeram e os seguidores no Brasil não as puderam registrar, todos os fundamentos das religiões de matriz africana são passados oralmente até hoje. Embora já seja possível encontrar materiais de referência, estes não se constituem como livros sagrados da religião, a oralidade, sim. Estes livros publicados ou sites na internet que tratam da religião, não abordam todos os fundamentos ou princípios. Como podemos ver na fala de uma das entrevistadas

“Por ser uma cultura oral é uma religião que tu não aprende em livros, tu vê na internet dizendo que tem que fazer tal coisa, mas como tu chega nos lugares? Como é que tu tem que acender uma vela? Como é que tu chega numa beira de praia? Como é que tu chega no mato? A gente tem que saber chegar e a gente tem que saber sair. Tem os fundamentos da própria religião que dizem que as coisas não vão sair tão certo, a gente não vai conseguir atingir em benefício de alguém se a gente não souber o fundamento. A simpatia tu vai na internet e tem muita, mas simpatia pra quem? Se é na umbanda pra que entidade vai entregar? Se é na nação pra qual Orixá?” (Yemanjá, maio 2016)

Não é através de um manual ou de uma leitura rápida que os fundamentos ancestrais de uma religião, que é bem complexa, serão compreendidos. Para isto, se faz necessária a presença de outro, de alguém que já a tenha aprendido e possa transmitir o conhecimento.

¹⁸ Neste caso, a obrigação se refere a ir até o Ilê para prestar reverência ao Orixá de seu pai de Santo e ao seu.

¹⁹ Origem da feitura de cada pessoa. Através da bacia a que se pertence podemos identificar toda a ancestralidade da família de Santo.

O ensinar e o aprender é um dos focos deste trabalho de conclusão, considerando que estudos como estes podem “contribuir com novas considerações sobre o fato de que processos educativos ocorrem em diferentes lugares e tempos, de diferentes formas e com diversos protagonistas” (CUNHA, 2010, p.186). Podemos então dizer que existe um processo de ensino e de aprendizagem dentro dos Ilês.

Dentre as perguntas realizadas durante a entrevista foi dividido o foco em duas questões principais, com as quais quis compreender como os fundamentos foram aprendidos por elas e de que maneira elas passavam para seus Filhos de Santo.

“Na minha primeira mãe de Santo aprendi muito pouco, e aí era jovem né? Tudo é festa. Na verdade aprendi com uma irmã de Santo e agora com minha mãe de Santo. Agora voltei para as minhas origens.” (Bará, maio 2016)

“O fundamento ele é passado, mas como eu digo assim, existe também um grande quebra-cabeça. As pessoas pra levar bem a religião certa tem que ter um algo mais, talvez eu não saiba explicar bem, talvez seja o que as pessoas chamam de vocação, um chamamento. Talvez um sacerdote de outra religião te diga que é uma vocação, um chamamento e eu digo o mesmo da nossa religião. Algumas coisas passadas, outras a gente tem que descobrir, outras existe um grande quebra-cabeça e a gente respeitar muito os nossos ancestrais. [...] As pessoas que são bem antigas na religião, estas pessoas tem muita coisa para nos ensinar e, acima de tudo, ter humildade. Não é por que eu me aprontei, as pessoas diziam quando eu me aprontei na nação: Ah se aprontou! E eu dizia: Me aprontei para aprender, por que tem certas coisas que tu só vai aprender, que só é dado para ti colocar as mãos, existe uma hierarquia, depois que tu tem todos os preceitos religiosos.” (Yemanjá, maio 2016)

“Os fundamentos da religião, aprendi com meus pais de santo. Eu tive dois pais de santo. Com o primeiro, que eu me aprontei e com o segundo que eu fiquei até ele falecer. Era eu vendo fazer o serviço, eu vendo ele, vamos dizer que é mais fácil pra ti, mais fácil pra explicar para as pessoas que tu vai botar... Eu vendo ele preparar o serviço, passar nas pessoas e eu anotava pra não esquecer”. (Oxalá, maio 2016)

Podemos perceber que há um “respeito à hierarquia” nestes relatos sobre as aprendizagens. A Mãe de Santo é reconhecida por possuir maior conhecimento dentro do Ilê, mas também os irmãos, que trocam o conhecimento entre si, ensinam àqueles que estão chegando. Mesmo com esta hierarquia existente, a relação de aprender não está somente no tempo que se tem dentro do Ilê ou unicamente centrada na figura da Mãe ou Pai de Santo. Freire (1987, p.39) expressa, em convergência com esta prática, que

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar *sendo* com as liberdades e não *contra* elas. (grifo do autor)

O relato de Oxalá sobre a observação do Pai de Santo que chama o Filho de Santo para que veja o que ele está fazendo, a fim de que aprenda sobre determinada prática, contribui para que este desvende o “quebra-cabeça”, compreendendo algo que ainda não domina. Tal procedimento cria possibilidades para este conhecimento seja adquirido.

Estar presente nas atividades do Ilê gera aprendizagens. Quando questionadas sobre como transmitiam estes conhecimentos aos seus Filhos de Santo, as respostas são muito semelhantes aos relatos de como aprenderam: a oralidade e o exemplo são primordiais.

Freire salienta a importância do exemplo na Pedagogia da Autonomia, ao afirmar que “quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo” (1996, p.16)

Este exemplo a que as entrevistadas se referem, está presente no cotidiano do Ilê. Há saberes que são fundamentais para a existência do grupo. Um destes diz respeito à bacia a que pertence, a fim de que seja respeitada a ancestralidade.

“A feitura, eles tem que saber, eu não trago nada escondido. Aquele que quiser aprender comigo, dentro daquilo que eu aprendi e daquilo que eu ainda busco, por que ninguém sabe tudo, graças a Deus, por que saber tudo nos limita.”
(Yemanjá, maio 2016)

“Se eu tô fazendo alguma coisa e chega um filho, eu chamo para junto e digo: Tô fazendo este miero²⁰ é pra isto e pra isto, o interesse é muito. A gente aprende, todos os dias tu tá aprendendo, vai embora e não aprendeu tudo e vai do interesse também da pessoa também querer se esforçar querer aprender, entendeu?” (Bará, maio 2016)

Além desta referência às origens e ao pertencimento, as falas das Mães de Santo levam a crer que estas não se consideram detentoras de um saber pronto e acabado. Demonstram, em suas falas, que o aprender é um processo ininterrupto. Mesmo sendo Mães de Santo há tantos anos, acreditam que sempre é possível aprender e que está limitado quem julga que não precisa aprender mais nada. Freire ressalta que

é na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência da sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. (1996, p. 24)

É a consciência de sermos seres inacabados que faz com que busquemos sempre algo mais, pois se já soubéssemos tudo, não tendo nada a mais a aprender, o ato de ensinar perderia também seu verdadeiro valor, pois ensinar e aprender são processos que devem ser mútuos. Estes ensinamentos, que são passados de Mães para Filhos de Santo, tem o propósito de, além da compreensão e conhecimento da religião que escolheram, a sua continuidade.

“Eu tive só numa casa de umbanda quando eu iniciei e tive mais de vinte anos nesta casa, mas a pessoa ficou com muita idade e antes de ela fechar ela aprontou algumas pessoas que um dia poderiam dar continuidade nesta umbanda.” (Yemanjá, maio 2016)

“Esta parte de passar para o outro é muito complicada, por que tu tem que ter muito amor e quando tem muito amor tu quer que aquilo continue. Eu digo para os meus sobrinhos que fico muito feliz quando o pessoal mais jovem vem, por que eu digo que alguém vai ter que dar continuidade nisto e vou ficar muito feliz de antes de

²⁰ Ervas sagradas maceradas com água pura. É utilizado na lavagem de cabeça do iniciado na religião, para lavar as vasilhas utilizadas em obrigações, ou para banho de descarga.

partir ver isto continuar. Acredito que seja uma das maiores felicidades: alguém que iniciou contigo e tu ver aquilo se frutificar, dar continuidade com esta mesma feitura, com a mesma disciplina, o mesmo respeito pela religião.” (Yemanjá, maio 2016)

“Pra amanhã ou depois tu tem a tua casa e tu tem o prazer de “Ai, eu sou a filha da fulana de tal”, mas se tu tá fazendo a coisa certa aquilo é um prazer.” (Bará, maio 2016)

“Vai chegar o dia em que a tua Oxum não vai querer mais ficar aqui, vai querer que tu tenha a tua casa e aí tudo que eu ensinei vai ser passado adiante.” (Oxalá, maio 2016)

As falas das entrevistadas, mais uma vez, estão em acordo com o que foi afirmado por Freire (2006, p.13)

Não temo dizer que inexistem validade no ensino que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi aprendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz. Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética [...]

Aquilo que é ensinado deve ser capaz de se tornar “lição” dada por aquele que aprendeu. A real legitimidade do ensinar é quando percebemos que aquilo que foi ensinado não vai parar ali, terá um segmento. Para estas Mães de Santo isto é verdadeiramente importante, pois assim a história de suas famílias de Santo terá continuidade e suas bacias serão perpetuadas.

Dentro das religiões, muitas atividades podem ser recriadas, tanto é assim que elas foram recriadas desde sua chegada da África até as vertentes que temos hoje. Várias delas são junções de diferentes grupos que aqui chegaram. Há recriação na maneira de conduzir o Ilê, ou em como cultuar os Orixás, que já foram recriadas com a vinda do povo africano para o Brasil. Contudo, há o que permanece imutável, como o fundamento, pois se o fundamento se perder ou se modificar, a religião se descaracteriza, passa a ser outra.

Por esta razão as Mães de Santo se preocupam tanto em passar o fundamento da sua bacia para seus Filhos de Santo. Cada Ilê possui suas

características, estas impressas pelas Mães e Pais de Santo na sua maneira de fazer religião. Refiro-me ao fato de como os Filhos são tratados em diferentes casas: algumas acreditam que rigidez seja a melhor forma de manter a ordem, outras buscam-na através da afetividade. Há flexibilidade destes Pais e Mães de Santo em relação à vida dos Filhos fora do Ilê. O Filho sabe de seus compromissos, mas os Pais e Mães de Santo sabem que existe o trabalho, a família fora do ilê e que ao marcar algum encontro, devem levar em consideração isto.

Acredito que estes são fatores que fazem com que uma Mãe de Santo deixe sua marca e isto não fere o fundamento. Passando estes ensinamentos para seus Filhos de Santo, acreditam que os nomes das famílias de Santo irão passando de geração a geração.

4.3 Educação Antirracista

As entrevistas que foram realizadas tinham por finalidade entender como o ato de ensinar e aprender nas religiões de matriz africana poderiam auxiliar em uma Educação Antirracista na EJA. Dentre as perguntas feitas, foi questionado: “O que você acha que é necessário para que não haja mais racismo nas escolas?” Confesso que por se tratar de entrevista com mulheres, negras, pouco escolarizadas, Mães de Santo, marcadores que, em nossa sociedade, passam por processos de discriminação, acreditei que obteria muitas respostas de como tratar o assunto em sala de aula. Talvez, saber como elas gostariam que fosse trabalhado se estivessem matriculadas em uma turma de EJA.

“O preconceito eu acho que vem de berço, vem da própria casa, não é na escola que tu aprende. Eu até nem sei o que a escola poderia fazer para que não houvesse preconceito, por que eu acho que a criança leva de casa o preconceito, em relação a negros, em relação a pessoas com deficiência, eu acho que é de casa. Acho que a escola deveria talvez entrar em contato com a família e professores e pais entrarem num acordo, sei lá para tirar da criança, para que a criança entenda que são todos iguais.” (Oxalá, maio de 2016)

Yemanjá salienta em suas palavras praticamente a mesma coisa:

“Eu acredito que aquilo que já vem calcificado, é difícil de mudar. A gente sabe que a base vem lá na família, depois o mundo, os ambientes, a gente se forma, mas aqueles que nos passam o primeiro contato são os pais, são a família se a família já tem arraigado aquilo...” (maio de 2016)

O que surpreende nas falas não é o fato de acreditarem que o racismo nasce no seio familiar, mas o de, durante as entrevistas, desacreditarem que a escola possa contribuir de alguma maneira para que este racismo acabe. Infelizmente para algumas crianças, jovens e adultos será somente na escola, quando concebida como ambiente propício ao debate sobre democracia e igualdade, que poderão qualificar o diálogo sobre o racismo. Consideramos, assim, que uma Educação Antirracista se torna fundamental. Se a escola não abrir este espaço, muitos estudantes não conseguirão desconstruir preconceitos. É necessário que a escola tenha consciência da importância de fazer este movimento.

Gomes (2003) vem corroborar com este pensamento ao dizer que:

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (p.77)

Freire (1996) nos recorda que “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação” (p.36) e isto inclui a sala de aula. A escola não deve ignorar a temática racismo, evitando abordar o tema. Como trataremos da cultura negra sem falar do racismo?

Gomes afirma que

no caso específico da educação escolar, ao tentarmos compreender, debater e problematizar a cultura negra, não podemos desconsiderar a existência do racismo e da desigualdade entre negros e brancos em nossa sociedade. [...] Porque ao fazermos tal ponderação inevitavelmente nos afastaremos das práticas educativas que, ao tentarem destacar essa cultura no interior da escola ou no discurso pedagógico, ainda a colocam no lugar do exótico e do folclore. (GOMES, 2003, p.77)

A negação da existência do preconceito existente na nossa sociedade leva a outra fala que se repete durante as entrevistas. Ao serem questionadas sobre se já sofreram algum tipo de discriminação, as participantes relataram

“Eu nunca sofri nenhuma discriminação por que eu não me exponho [...] Pra não dizer assim ó que eu nunca tive, realmente da gente chegar na beirada de um cruzeiro pra colocar uma oferenda e vir uma pessoas, um senhor com dois cachorros grandes e ameaçar: Por que vocês tem que sair daqui, vocês vão sair daqui agora. E eu disse pra ele: “A gente vive num estado laico e o senhor pode fazer o que quiser, mas a constituição me dá este direito.” (Yemanjá, maio 2016)

“Não, isto nunca. Eu fico na minha assim. Cada um tem sua religião. Religião, política e futebol não se discute, então as pessoas dizem, como hoje mesmo lá no meu serviço a menina tava: “Ah não sei o que...” Não me lembro bem qual foi o assunto, ela disse: “É, todo mundo é”. Aí eu disse: “É, mas religião cada um tem.” E ela disse: “Não eu não aceito estas coisas de batuque.” Eu fiquei na minha, cada um na sua, não discuto a religião dela. Ela tem a dela eu tenho a minha.” (Bará, maio 2016)

A questão não era somente sobre discriminação pela religião, mas as respostas foram nesta direção. Isto não modifica o fato que elas acreditam que não sofreram preconceito quando, por outro lado, contam uma história onde o mesmo aparece e de forma violenta. A falta de discussão sobre estes assuntos faz com que pareça algo distante das suas realidades, como se acontecesse com outras pessoas, mas não com elas. O que é certamente uma negação, pois podemos perceber em falas como “não se expõe” ou “fico na minha assim” que estas pessoas sofreram ou vivenciaram de alguma forma o racismo. Como uma maneira de defesa optaram por esconder ou omitir sua religiosidade.

As discriminações sofridas são muitas, por serem mulheres negras em uma sociedade onde o machismo e o racismo perduram até hoje fortemente, sendo que a religião que escolheram também sofre preconceito e rejeição. Em muitas situações o fato de pertencer a uma religião de matriz africana tem que ser escondido até para que não perdessem o emprego.²¹

Talvez estas sucessões de fatos, que sempre se relacionam com o racismo, acabam por, de alguma forma, impedir que estas mulheres consigam se defender diante deles. Vemos, em certos momentos, a indignação diante do preconceito

²¹ Caso vivenciado por mim.

sofrido, até de uma ameaça iminente, quando algumas destas mulheres se manifestam pelo seu direito ao culto. Yemanjá, ao citar o Estado laico, busca defender sua religião. Mesmo que não consiga argumentar de maneira sólida, demonstra corajosamente que está disposta a lutar por seus direitos.

Quando questionadas sobre o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, se acreditam que as abordagens sobre a religião devem ser inseridas, já que é parte desta cultura, as respostas foram:

“Eu acho válido isto, por que isto é uma coisa que existe e eu acredito que estas coisas vão aos poucos abrindo o acesso das pessoas independente do nível social. Quanto mais acesso tiver para todas as pessoas, por que ainda é um povo bastante massacrado, ainda traz bastante coisa né, mas é um povo muito rico, rico de trabalho, rico de toda esta cultura, mas não sei até que ponto isto ajuda, sendo imposto dentro da escola, será que vai ser bom?” (Yemanjá, maio 2016)

“Levar mais esclarecimentos né? Eu acho que ajudaria, em termos, né? Por que tem muita gente que diz assim: A religião é do preto, o batuque é do preto. Não é, porque se não, não tinha branco, entendeu? E muita gente não aceita, sabe como é, não vai descer. Não adianta, tem pessoas que são catoliquíssimas. As vezes vai passar na rua e vê um pacote ali e já vão dizer: É batuque! Não tem o esclarecimento de dizer que é um trabalho. A primeira coisa que eles dizem é que aquilo dali é batuque que tem ali: Não passa ali! Como se passasse por ali por perto vai fazer mal as pessoas. Eles tem preconceito com a gente, nós não temos com eles. Não são todos, São as cabeças das pessoas.” (Bará, maio 2016)

Percebe-se que todas concordam sobre a importância de não deixar a religião de fora ao trabalhar com a cultura negra. “Entendemos que se tornará letra morta ou, no mínimo, incompleta a implementação da Lei 10.693/03, se não se levar em conta a importância das religiões e religiosidades de matriz africana e afro-brasileira nos currículos escolares.” (2008, p.148)

Há muitos temas a serem abordados, considerando a riqueza cultural das manifestações afro-brasileiras. Através delas, podemos adotar uma perspectiva pedagógica em prol de uma educação antirracista.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão teve o objetivo de analisar como as sabedorias populares, presentes nas formas de ensinar e aprender de Mães de Santo podem contribuir com uma educação antirracista na EJA. Para tal foram feitas entrevistas com três Mães de Santo da cidade de Porto Alegre – RS.

Procurei reunir temáticas de meu interesse e que, de alguma forma, pudessem contribuir para a Educação de Jovens e Adultos. Buscamos, em prol da defesa de uma Educação Antirracista, dialogar com as sabedorias populares de mulheres que, por serem negras, são subjugadas pelo racismo e, concomitantemente, sofrem preconceito por sua religião. Mesmo o racismo sendo cotidiano, muitas escolas se esquivam de abordá-lo, por receio de constrangimento, polêmicas, considerando em específico a EJA, onde os estudantes já tem certas convicções, vivenciadas ao longo de anos, as quais são difíceis de desconstruir.

Os saberes populares são notórios na EJA. Os documentos legais sobre esta modalidade levam em consideração, para a elaboração dos currículos, as vivências e saberes dos estudantes, suas experiências como membros atuantes de sua comunidade. Também é urgente que os princípios de uma educação antirracista sejam trabalhados nas salas de aula da EJA, já que há uma grande quantidade de alunos negros nesta modalidade.

Com a Lei 10.639/03 tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, precisamos pensar em projetos pedagógicos que abranjam esta temática profundamente e não somente na superficialidade das datas comemorativas como vemos em muitas escolas.

A cultura Afro-Brasileira é muito farta, as temáticas para se trabalhar em sala de aula são inúmeras, mas o que vemos é o recorrente uso do livro didático e abordagem, unicamente, do povo escravizado, subjugado, sem no entanto falar do movimento de resistência negra que sempre existiu. Ensinar a história e cultura de um povo é falar também sobre a religiosidade deste, uma das formas de resistência.

Trazer para as salas de aula, no trabalho pedagógico, as manifestações culturais afro-brasileiras para problematizar os preconceitos existentes, como o racismo, pode contribuir para superá-lo.

A presença da resistência negra é muito forte na religião. Pude perceber, nas entrevistas, que as Mães de Santo tentam deixar isto muito visível. Citam que “para ter uma casa de religião era necessário pedir autorização na polícia”, mostrando que mesmo com o preconceito existente, os praticantes se mantinham firmes em seu propósito e isto é uma mostra nítida da resistência. Se não fosse esta resistência, talvez hoje elas não pudessem cultivar seus Orixás, talvez esta parte da história e da cultura negra tivesse se perdido, mas houve luta para manter aquilo em que acreditavam e se orgulham destas histórias. Tratando desta temática, poderemos promover uma Educação Antirracista, dialogando com jovens e adultos sobre a importante contribuição dos negros para o Brasil e abrir espaço para o protagonismo destas pessoas, através da valorização de si e de seus ancestrais.

Através das entrevistas conclui que os Ilês são importantes locais de ensino e aprendizagem. As Mães de Santo sabem da importância de ensinar os fundamentos para cada Filho e não somente através da oralidade, mas também com exemplos a serem seguidos.

As aprendizagens se dão na forma de se preparar, de como se portar na roda nas festas, na sua casa e como visita, a importância da obrigação e de saber sobre sua bacia. O mais importante é que há troca de saberes entre todos, mesmo que a autoridade religiosa seja reconhecida.

A importância que é dada a oralidade, demonstrada na fala de uma das entrevistadas ao dizer que “nossa cultura é oral”, é algo que a escola deveria levar em consideração, principalmente em relação aos alunos da EJA, que trazem uma bagagem cultural e utilizam a oralidade para transmitir e dividir estes conhecimentos. As Mães de Santo, mesmo com muitos saberes, não se colocam em uma posição de superioridade, percebida através da fala “todos os dias tu tá aprendendo, vai embora e não aprendeu tudo”. Demonstrem ter certeza de que estão aprendendo um pouco a cada dia. Isto é relevante para a escola, pois o educador aprende com o educando.

Pude, através deste trabalho, refletir sobre a existência de pedagogias em espaços não formais e o quanto isto pode contribuir para a docência. Estes achados me fazem concluir que as sabedorias populares, na forma de ensinar e aprender de Mães de Santo, podem contribuir para uma Educação Antirracista na EJA. A forma que estas Mães de Santo demonstram ensinar seus Filhos de Santo, utilizando o exemplo, a oralidade, a sabedoria que cada um possui são elementos fundamentais

para a EJA. Podemos verificar que muitos dos pensamentos pedagógicos de Freire são reconhecidos neste espaço, no processo de ensinar e aprender, mesmo sem a consciência disto.

Estas contribuições no que se refere às formas de ensinar e aprender, apontadas nas falas das entrevistadas, seriam de grande valia para o trabalho pedagógico na EJA. Contudo, devemos refletir sobre os limites destas práticas, como sugeriu uma das entrevistadas: *“Eles tem preconceito com a gente, nós não temos com eles. Não são todos, são as cabeças das pessoas.”* Sua fala indica que a escola pode e deve trabalhar aspectos da cultura negra, até mesmo a religião, mas o racismo é um fenômeno com uma amplitude muito maior. Não podemos esquecer o contexto social de cada indivíduo e, mesmo com a escola abordando as temáticas, há um limite. Muitas falas, durante as entrevistas, possibilitaram novos questionamentos. Uma das Mães de Santo ao responder o que pensava sobre a escola e a História e a Cultura Afro-Brasileira salientou:

“Eu acho válido isto. Porque ainda é um povo bastante massacrado, ainda traz bastante coisa né, mas é um povo muito rico, rico de trabalho, rico de toda esta cultura, mas não sei até que ponto isto ajuda, sendo imposto dentro da escola, será que vai ser bom?” (Yemanjá)

A obrigatoriedade faz com que esteja no currículo, mas garante que o tema será abordado de uma forma que desperte o interesse dos estudantes? Que valorize este povo e contribua na promoção de uma educação antirracista? Que trabalhe a autoestima do estudante negro em sala de aula? E até que ponto a crença do professor poderá interferir no que ele vai ensinar? Encerro, então, este trabalho de conclusão de curso, com várias questões, mas com a certeza de que não é um final de minhas pesquisas, pois este trabalho deixa em aberto muitos outros temas a serem abordados futuramente.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Letícia Guimarães. **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA PEDAGOGIA DO RESPEITO À DIFERENÇA**. ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADE EST. 2012. <anais.edu.br/congresso> acessado em 03/06/2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura Popular. In.: STRECK, Danilo Romeu, REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 112-117.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 12 maio 2016.

CUNHA, Aline Lemos da. **“Histórias em múltiplos fios” : O ensino de *manualidades* entre mulheres *negras* em Rio Grande (RS – Brasil) e Capitán Bermúdez (Sta Fé – Argentina) (re) inventando pedagogias da não- formalidade ou das tramas complexas**. 2010. 267 f. Tese (Doutorado em educação)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos.. São Leopoldo- RS, 2010.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**, 5ª edição Editora Cortez, São Paulo- SP, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª edição. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro- RJ, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia- Saberes necessários a pratica educativa**, 25ª edição, Editora Paz e Terra S/A, São Paulo-SP, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura Negra e Educação**. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, Número 23: 75-84, maio/agosto 2003.

MUNANGA, Kabengele. **DIVERSIDADE, IDENTIDADE, ETNICIDADE E CIDADANIA**. Departamento de antropologia USP. São Paulo – SP. 2012.

SANTOS, Erivaldo P. **Formação de Professores e Religiões de Matrizes Africanas: Um diálogo necessário**. 1.ed. Nandyala. Belo Horizonte - MG. 2010.

SILVA, João Bosco da. **CULTURA E RELIGIOSIDADE: O COMPROMISSO DA ESCOLA COM A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE AFRO- BRASILEIRA.** Revista da Faculdade de educação, Ano VI, nº 9. Jan/Jun 2008.

SILVA, Maria Rejane e MOREIRA, Harley Abrantes. **XXVII Simpósio Nacional de História.** Natal –RN. 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Revista eletrônica PUCRS, Porto Alegre, ano XXX, número 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Africanidades brasileiras: Esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos.** REVISTA DO PROFESSOR, Porto Alegre, Ano 19, Número 73: 26-30, jan./mar. 2006.

PANDI, Reginaldo. **As religiões afro-brasileiras e seus seguidores.** Civitas – Revista de Ciências Sociais v. 3, nº 1, jun. 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre a educação de adultos.** Editora Cortez, 16ª edição, São Paulo, 2010.

PINTO, Beatriz de Moraes. **“ISSO ESTÁ DE BOM TAMANHO PRA COMUNIDADE QUE A GENTE ATENDE” Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos.** 2015. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ANEXO

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o/a Sra _____,

RG: _____, para participar do Trabalho de Conclusão de Curso **da estudante Débora Pinheiro Ferreira, RG: 9069863174**, sob a orientação da professora Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera, a qual pretende discutir Como os saberes populares de pais e mães de santo podem contribuir para uma educação antirracista na Educação de Jovens e Adultos. Sua participação é voluntária e se dará por meio de conceder uma entrevista que será gravada em áudio. Se você aceitar participar, estará contribuindo para as problematizações que realizamos sobre a Educação de Jovens e Adultos. Se depois de consentir em sua participação o/a Senhor/a desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O/A Sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o/a Sra. poderá entrar em contato pelo telefone (51) 33084130.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____, fui informado/a sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei qualquer compensação e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/____

Assinatura do participante

Assinatura do Estudante-Pesquisador

Assinatura da Orientadora